

# Clipping



TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 18 de agosto

# Entidades propõem recursos para enfrentamento da Covid-19 na Educação - FIO DIRETO

**SUELY ARANTES**

O Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação em **Goiás** (Gaepe) orienta que sejam destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, parte dos recursos não vinculados autorizados pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, que instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. O documento, aprovado em reunião remota do Gaepe na última quinta-feira é endereçado aos responsáveis pela política pública educacional nos âmbitos estadual e municipal, recomendando, ainda, que seja realizado um detalhado diagnóstico e planejamento financeiro de cada ente quanto ao cenário real de queda de receitas e previsão do incremento de despesas, para verificar na prática o impacto da redução de recursos destinados à educação.

Na recomendação, proposta pelos membros do Gaepe e apresentada pelo relator da área da Educação do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, **Saulo Mesquita** (foto), as entidades reafirmam a determinação constitucional de aplicação, por estados e municípios, de percentual mínimo da receita resultante de impostos, e alertam para o risco de possível colapso financeiro das redes públicas de educação, com potencial carência de recursos da ordem de R\$ 28 bilhões no conjunto das redes estaduais. **Saulo Mesquita** explicou que o número consta de estudo elaborado pelo Todos pela Educação e Instituto Unibanco, apontando também que as redes estaduais podem ter queda de 8% a 25%, a depender do cenário, no montante destinado a despesas educacionais entre R\$ 9 bilhões e R\$ 28 bilhões em tributos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Na oportunidade, o **conselheiro** do TCM, Fabrício Motta, explicou que "a recomendação, como o nome indica, não é impositiva. Trata-se de uma sugestão para que os gestores se preocupem também com a carência de recursos na educação, além da saúde, nesse momento singular"

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20200818>

# TCE-GO - Entidades propõem recursos para enfrentamento da pandemia na Educação

Publicado em ago 18, 2020

Gabinete recomenda que Estado e Municípios priorizem a manutenção e o desenvolvimento do ensino na aplicação do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus

O Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação em **Goiás** (Gaepe/GO) orienta que sejam destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, parte dos recursos não vinculados autorizados pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, que instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus. O documento, aprovado em reunião remota do Gaepe na tarde de quinta-feira (13/ago), é endereçado aos responsáveis pela política pública educacional nos âmbitos estadual e municipal, recomendando, ainda, que seja realizado um detalhado diagnóstico e planejamento financeiro de cada ente quanto ao cenário real de queda de receitas e previsão do incremento de despesas, para verificar na prática o impacto da redução de recursos destinados à educação.

Na Recomendação nº 1/2020, proposta pelos membros do Gaepe e apresentada pelo relator da área da Educação do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**, vice-presidente **Saulo Mesquita**, as entidades reafirmam a determinação constitucional de aplicação, por estados e municípios, de percentual mínimo da receita resultante de impostos, e alertam para o risco de possível colapso financeiro das redes públicas de educação, com potencial carência de recursos da ordem de R\$ 28 bilhões no conjunto das redes estaduais. Saulo explicou que o número consta de estudo elaborado pelo Todos pela Educação e Instituto Unibanco, apontando também que as redes estaduais podem ter queda de 8% a 25%, a depender do cenário, no montante destinado a despesas educacionais entre R\$ 9 bilhões e R\$ 28 bilhões em tributos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Na oportunidade, o **conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)** Fabrício Motta, explicou que "a recomendação, como o nome indica, não é impositiva. Trata-se de uma sugestão para que os gestores se preocupem também com a carência de recursos na educação, além da saúde, nesse momento singular. Desta forma, somente a realização de diagnóstico e posterior planejamento com agilidade e eficiência será capaz de indicar a medida exata dos recursos não vinculados que poderão ser aplicados para garantir a continuidade da educação, sem perda da qualidade e com a possibilidade de enfrentar os desafios adicionais trazidos pela pandemia".

No Estado de **Goiás**, informações do Observatório do Cidadão (disponível no site **TCE-GO**) possibilita a comparação entre as receitas realizadas em diversos períodos. A conclusão é a ocorrência de um panorama de queda de receitas, agravado pelo aumento das despesas de um modo geral na área da Educação. Em relação aos municípios goianos a situação não é diferente. O TCM-GO realizou estudo sobre as receitas municipais em tempos de Covid-19 com resultados, em geral, no mesmo sentido.

Como exemplos de atividades que demandam aumento de despesas estão a implementação e manutenção do ensino remoto, o oferecimento de alimentação aos alunos durante a suspensão das aulas presenciais, a contratação de mais funcionários após a flexibilização do isolamento para possibilitar aulas de recuperação de conteúdos e atividades extraordinárias, com turmas menores em função de necessidade de distanciamento mínimo entre alunos.

Esse cenário de novas despesas é agravado com os gastos destinados à implementação do protocolo de retorno às atividades presenciais, que exige gastos como, por exemplo, compra de equipamentos de segurança e higiene, reforma ou construção de novos espaços, dentre outros. A exposição aponta o risco iminente de colapso fiscal do financiamento da educação em **Goiás**, com consequências e prejuízos irremediáveis

Assinam o documento, além de representantes do **TCE-GO** e TCM-GO, o Ministério Público de Contas junto aos dois órgãos de controle, a Defensoria Pública, o Juizado de Direito da Infância e Juventude da Comarca de **Goiânia** do Tribunal de Justiça e o Centro de Apoio da Educação e Juventude do Ministério Público do Estado de **Goiás**, assim como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação em **Goiás** (Undime-GO), a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), o Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) e o Instituto Articule.

#### ORIENTAÇÕES PARA AS COMPRAS

Na reunião, coordenada pelo **conselheiro** do TCM-GO Fabrício Motta e pela presidente do Instituto Articule, Alessandra Gotti, foram debatidos ainda diversos temas sobre os efeitos da pandemia na educação pública em **Goiás**. Entre eles, outra recomendação está sendo elaborada pelo Gaepe, conforme explicou o procurador de Contas junto ao TCM-GO José Gustavo Athayde, a ser aprovada no próximo encontro, com orientações para as aquisições na educação durante a pandemia.

A promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio da Educação e Juventude, Cristiane Marques de Souza, apresentou esboço de plano para capacitação dos conselheiros municipais da educação, enquanto o defensor público de **Goiás** Daniel Kenji Sano relatou informes sobre a educação infantil e atualizou os participantes a respeito das ações planejadas para tratar a evasão de alunos.

A professora Patrícia Coutinho, superintendente de Organização e Atendimento Educacional da Seduc, falou sobre o controle de frequência dos alunos nesse período de atividades não presenciais e as professoras Késia Cláudia Cruz e Denise Bueno, do Centro de Estudos, Pesquisa e Formação dos Profissionais, abordaram a preocupação da Seduc com a formação dos professores em tempos de ensino remoto.

A próxima reunião do Gaepe está agendada para 27 de agosto.

Texto: Alexandre Alfaix (Dicom/**TCE-GO**)

**Site:** <http://www.atricon.org.br/imprensa/noticias/tce-go-entidades-propoem-recursos-para-enfrentamento-da-pandemia-na-educacao/>

# Com incentivos fiscais, Goiás deve renunciar a mais de R\$ 9 bilhões em 2021

**Goiás** deve renunciar a R\$ 9 bilhões em 2021 devido a isenções fiscais concedidas pelo governo a empresas. A informação consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sancionada pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) na semana passada e trazida a tona pelo O Popular.

O governo decidiu manter o generoso incentivo mesmo com as medidas de expansão da economia já tomadas e das recomendações de cautela do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa. Com isso, **Goiás** está entre os estados que mais fornecem incentivos fiscais no país.

A previsão para 2020 era de R\$ 8,2 bilhões, mas já atingiu R\$ 8,47 bilhões, conforme dados da Secretaria Estadual de Economia. No ano passado, O Popular mostrou que **Goiás** despontava como líder entre os 11 estados que enfrentavam dificuldades financeiras, mas que ainda mantinham uma política de isenção fiscal afiada.

Rio de Janeiro e Minas Gerais, que também passavam por grave crise fiscal, pretendiam renunciar R\$ 7,38 bilhões e R\$ 7,14 bilhões, respectivamente.

**Site:** <http://www.podergoias.com.br/materia/3031/com-incentivos-fiscais-goias-deve-renunciar-a-mais-de-r-9-bilhoes-em-2021>